

PODERES DO PSICANALISTA

Nelisa Guimarães

O título tem o duplo sentido de discutir o que pode um psicanalista na clínica a partir do que pode juntamente com o analisando, e do que pode quando parece não poder, e vacila em seu narcisismo. O narcisismo do psicanalista, visto freqüentemente como resistência no sentido negativo, é apresentado na perspectiva afirmativa de uma virtualidade aberta e desejante.

Quando nos vemos na perspectiva do “império” como não-lugar de todas as subjetividades, na conceituação de M. Hardt e A. Negri (*Império*, 2000), estamos, não na perspectiva das negatividades, mas em plena **afirmação** de um domínio político tão amplo que penetra no terreno da ontologia – escrevem os autores: “a filosofia política está no terreno da ontologia”. Tendo eu trabalhado com o campo e a conceituação de virtualidade no século XX, a partir do eixo ontológico de G. Simondon (*L’Individu et sa génèse physico-biologique*, 1964), é com satisfação que encontro em Hardt e Negri a colocação que busquei: “por virtual entendemos o conjunto de **poderes** para agir (ser, amar, transformar, criar) que reside na multidão” (p.379). Continuando na posição da afirmação, os autores caracterizam os poderes de dois modos: um modo constituinte, o poder de agir, de referência spinozista, e o modo expansivo, o poder de criar, de referência nietzschiana. Portanto, podemos começar a tomar aqui a questão dos poderes do psicanalista e a operação de seu narcisismo na relação analítica colocando as possibilidades de agir e criar.

Gostaria de lembrar a definição de **poder** comparada com a definição de **violência**, aproximadamente como Hannah Arendt (*Sobre a Violência*, 1969) propôs: **poder é ação em conjunto** (todos com um) , **violência é ação contra** (um contra todos, alguns contra muitos). Poder e violência geram posições políticas diversas, que dão maior ou menor consistência aos sistemas sociais, e definem diferentes contratos sociais. A posição subjetiva de responsabilidade (o sujeito de direito) é tomada pela clínica psicanalítica em sua relação com o sujeito do inconsciente. Portanto, tais aproximações indicam a relação entre

posição subjetiva de responsabilidade / contrato social / laços sociais / sujeito do inconsciente, não permitindo à psicanálise situar-se fora do campo político, onde contrato e laços sociais são estabelecidos. Então: poderes do psicanalista são aqueles que permitem, a partir da relação analítica, transferencial, a realização de um trabalho em conjunto e em seqüência, sob a condução ou direção responsável do psicanalista. Os poderes do psicanalista têm como limite a violência na relação analítica, ou a destruição da mesma, quando esta relação não trabalha mais para criar ou agir em conjunto, e sim afirma a posição de um contra o outro.

Na nossa prática, na clínica psicanalítica, temos: ou analista e analisando em conjunto, com o poder de ação dessa prática garantido pelo analista; ou, diversamente, uma direção violenta, que diminui o poder para aumentar a dominação de um sobre o outro, com efeitos de destruição da possibilidade de agir em conjunto. Agir em conjunto seria agir democraticamente, no campo político. Como ser democrático com a transferência ?

A descrição aqui da violência se aproxima do processo que Freud descreveu (*Esquema de Psicanálise*, 1938) : um Eu enfrenta insistências de dominação externa (da realidade objetiva), do Isso (exigências pulsionais) e do Supereu (exigências da consciência moral e dos imperativos insensatos). O psicanalista, segundo Freud, deve se aliar a esse Eu que se acha com poder diminuído, para aumentar o poder de ação contra as “vassalagens” persistentes e conflitivas. O psicanalista deve, portanto, assumir **uma prática combativa contra dominações sobre o Eu**, já dividido pelos conflitos que enfrenta. O lugar de aliado nessa “guerra civil” de vários lados (e não de 2 lados) torna-se um lugar incerto, surgem as próprias resistências do Eu à sua luta, e o lugar do psicanalista pode parecer até um lugar usurpado (como um aliado intrometido que intervém sem ser chamado).

Na manifestação das resistências, aquela que pareceu mais difícil para Freud foi “a pulsão de destruição voltada para dentro”. Podemos perguntar : que destruição ? destruição do Eu, instância psíquica ? destruição do eu

corporal, como uma espécie de ataque narcísico ? destruição da relação transferencial positiva introjetada, construída dentro do atendimento ?

De qualquer modo, seguindo o texto freudiano, podemos considerar uma destruição voltada para dentro como destruição de algo que atinge o Eu, aliado do analista, uma destruição então da possibilidade de continuação até a conclusão do trabalho conjunto de análise... Freud, não encontrando aí o poder de agir, de ligar a destruição do analisando ao trabalho analítico, aponta um **impasse**, diante do qual colocamos uma bifurcação: ou o analista insiste violentamente ou se apaga... Parece surgir então uma questão importantíssima, para a qual o analista combativo não tem resposta.

A direção de uma análise e os princípios de seu poder, numa proposta de Lacan (*Direção da Cura e os Princípios de seu Poder*, 1958), retomou a transferência como estratégia dentro do campo político de uma *manque-à-être*. Estranho lugar traduzido por falta-a-ser, o que pouco indica daquilo que, na proposta lacaniana, vai se ampliando: o psicanalista não é *a priori*, depende da transferência para devir, para ser transitoriamente, contingencialmente, não apenas na dimensão de *ser para o sujeito que se analisa*, como de *ser para si mesmo*; é a afirmação da possibilidade de ser de múltiplas maneiras. Um analista é no ato de se colocar na transferência; fora daí, é uma pessoa, um cidadão, um eu com suas identificações, etc. Se é um aliado do Eu, se é um militante contra as resistências, como indicou Freud, não é sempre, e não se define exclusivamente desse modo. O que permanece constante, no analista, é seu desejo pelo trabalho clínico, analítico. O desejo do analista, será, para Lacan, o operador que move, com seus poderes de persistência, as resistências, sobretudo as resistências do próprio analista. Toda construção conceitual de Lacan, a partir dessa indicação, parece montada na articulação política entre poder, saber e desejo. Para o psicanalista, uma posição não fálica (feminina), um não-saber no centro / apenas um saber suposto – o inconsciente, e um desejo como causa para obter a diferença absoluta de todas as afirmações presentes são, segundo Lacan, os princípios de poder da direção da cura, as bases de sua política de falta-a-ser, ou política do desejo como causa. Se não houver, na posição analítica, esta abertura para ser na

transferência, e se impuser uma identidade de ser do analista, qual é a indicação de seu desejo no trabalho ?

Nosso primeiro e atual tema de trabalho no grupo Clínica e Conceitos, o **narcisismo do psicanalista**, é aqui por mim destacado não como obstáculo, e sim como instrumento efetivo de oferta analítica, desde que referido a uma vacilação narcísica, e menos a uma certeza. O analista oferece seu desejo de ser, seu empenho em ser algo para alguém, sua vacilação identitária, uma individuação sempre em processo. Quanto mais certeza oferecer, talvez mais próximo estará do convencimento, mas também da violência em análise. Quanto mais vacilação oferecer, talvez mais aberto à transferência, mas também mais vulnerável à destruição, mais impotente diante dela, mais perto de ser nada, mais fácil de ser destruído, e de consentir diante de qualquer destruição.

A pergunta se recoloca: quais são os poderes do psicanalista, como se formam esses poderes a partir da relação conjunta ? como surge e se desdobra a potência de seu ato clínico ?

Se partimos da culpa (um dos pontos freudianos), encontramos a idéia-problema que Deleuze assinalou (50 anos depois de Freud e 20 depois de Lacan, em entrevista para TV): a culpa como apoio para a prática pastoral da psicanálise - se todos são culpados, edipianamente, o psicanalista será o personagem sacerdotal a cuidar da libertação / submissão dos desejos de seu rebanho. Mas, ainda segundo Freud, o homem é animal de horda, e também submetido a imperativos insensatos (outro ponto, diferente da culpa neurótica), está submetido ao gozo (como propôs Lacan), e ainda a uma composição narcísica fragmentária, complexa, sempre em processo.

As propostas conceituais da pulsão de morte e do masoquismo primário nos aproximam do impasse freudiano da destruição voltada para dentro. No campo político, temos de pensar a clínica psicanalítica como prática de uma relação. O psicanalista não está imune à sua própria capacidade de destruição, às suas vacilações narcísicas, ao seu desejo incerto, à busca de reconhecimento e garantias para ser profissional.

Lembro do relato da situação de um preso, condenado por crimes de estupro e roubo - sua procura de atendimento psi na prisão se deu porque não entendia os roubos e a devolução “honrosa” de bens para as vítimas. Afirmava a aceitação, “incurável”, dos estupros como única forma de gozo sexual. Por que roubava, se devolvia grande parte das coisas ? (pergunta do preso). Por que o gozo só ocorria assim, com estupro ? (pergunta do psicanalista). Durante o atendimento, o analista se colocou como aquele que nem poderia estar do lado da punição, nem do lado das explicações. Pouco a pouco, foi se recuperando a série de experiências que, desde muito cedo, colocaram-no como expectador e ator forçado de cenas que ele seguiu repetindo sem entender. O uso da própria força pareceu-lhe semelhante à pesada porta da carceragem que se fechava para sua liberdade, e destruía sua vida. A vacilação do analista pareceu abrir-lhe uma porta para experimentar o que não conhecia ainda, nem em si mesmo, nem nas pessoas...

(este breve relato foi proposto para as discussões, para seguir a indicação da posição do analista e seu narcisismo, sua posição política na atuação clínica, porém não foi exposto, já que as discussões tomaram outros rumos).

Referências de textos por ordem de citação:

Hardt, Michael; **Negri**, Antonio – *Imperio*, Rio de Janeiro: Record, 2001.

Simondon, Gilbert – *L'Individu et sa génèse physico-biologique*, Paris: P.U.F., 1964.

Arendt, Hannah – *Sobre a violência*, 3ª. Ed., Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

Freud, Sigmund – *Obras Completas*, Buenos Aires: Amorrortu editores, 1995, 24v.

Lacan, Jacques – *Écrits*, Paris: éditions du Seuil, 1966.

Sohie, Claudine – *Du bon usage de la force*, revue de psychanalyse *Quarto 67*, ACF Belgique, mars 1999.